



Brasília, 05 de dezembro de 2017.

CNG: Gibran, Leia, Rogerio, Mário Garofolo, Chiquinho, Toninho, Luan, Angela, André, Darci, Mozart
ASSUFBA, ASSUFRGS, ASSUFMS, ASSUFPEL, ASSUFOP, SINDIFES, SINDITEST-PR, SINDTIFES-PA, SINTEF, SINTESAM, SINTET-UFU, SINTFUB, SINTUFAL, SINTUFCE, SINTUFES, SINTUFF, SINTUF-MT, SINTUFRJ.

INFORME DE GREVE

O CNG solicita à todas as entidades de base que ainda não repassaram o FUNDO DE GREVE que o façam o mais breve possível.

INFORMATIVO DE GREVE

Nessa terça-feira a greve das/os Técnico-Administrativas/os completa 26 dias e o CNG/FASUBRA, reunido, avaliou nosso movimento e envia orientações para as assembleias de base sobre os rumos da greve.

Após um amplo debate entre as delegadas e delegados que compõem o CNG/FASUBRA, a análise e a caracterização da nossa greve nacional levou em consideração os elementos citados abaixo.

Considerando que:

A greve da Fasubra tem como carro chefe em sua pauta a defesa da nossa carreira (Lei 11.091/2005), devido ao anúncio do governo para aplicação de medidas que reestruturam as carreiras do funcionalismo, desconstruindo o PCCTAE e saqueando conquistas históricas asseguradas depois de muitas lutas e greves nas últimas duas décadas, podemos dizer, sem exageros, que a nossa greve conseguiu fortalecer a resistência, dado que o governo não conseguirá votar nem por Medida provisória e muito menos por Projeto de Lei qualquer medida contra o PCCTAE esse ano, o que é uma vitória muito importante da nossa greve e que reforça a política correta da Fasubra, desdobrada em várias ações desde o início da Greve, que muito orgulha a base da categoria e sua Direção Nacional.

Mesmo com muitas dificuldades conseguimos, através de ações nas bases nos estados, bem como em Brasília dar repercussão ao nosso movimento, com destaque para a caravana à Brasília que fechou as portas do Ministério do Planejamento (no dia 27 de novembro) e conseguiu obrigar o governo a receber uma representação da Fasubra. Esse fato é de suma importância, pois a postura do governo no último período foi de ignorar nossos insistentes pedidos de audiência. Como resultado daquela ação, o governo pré-agendou a audiência, marcando para o dia 13 de dezembro uma reunião entre Fasubra, MPOG e MEC.

No dia seguinte (28 de novembro) a nossa greve também cumpriu um papel de destaque, articulando-se com as entidades do funcionalismo e construindo uma manifestação na porta do anexo 2 da Câmara, que deu repercussão a luta contra a reforma da previdência, ganhou apoio de vários parlamentares e arrancou uma audiência com o presidente da Câmara.

Indiscutivelmente, a greve da Fasubra e nossas caravaneiras e caravaneiros cumpriram um papel de destaque garantindo o sucesso dessa manifestação em Brasília, o que deu muito respeito a Fasubra frente ao movimento do funcionalismo.

No decorrer da nossa greve foi ganhando destaque o tema da Reforma da Previdência, e a convocação pelas centrais da greve nacional para o dia 05/12 foi muito importante para fortalecer a resistência contra a proposta de Reforma, dando ânimo a nossa greve que, até então, estava isolada.

Temer enfrenta dificuldades com sua base aliada para aprovar a Reforma da Previdência e uma grande greve convocada pelas centrais, com milhões nas ruas, com certeza seria imprescindível para enterrá-la de vez.

Mas, infelizmente, o recuo das cúpulas das centrais foi um verdadeiro balde de água fria no movimento. A greve da Fasubra foi muito importante para fortalecer a resistência contra os ataques do governo, principalmente com a caça aos deputados que fizemos durante esses últimos vinte dias. Mas a greve isolada de nossa categoria não pode ser responsabilizada caso o governo consiga ainda aprovar a Reforma da Previdência. Esse balanço vai ficar para o equivocado recuo de algumas centrais sindicais em relação a greve nacional do dia 05.

Outra questão que precisamos considerar é que, embora tenhamos conseguido articular um calendário de lutas unificado com o funcionalismo, infelizmente, somente a Fasubra conseguiu construir a greve, o que expressa a difícil correlação de forças em que a nossa greve está inserida. Não considerar essa situação é um grave erro e apostar que a greve da Fasubra tem a responsabilidade em responder a todas as pautas gerais do funcionalismo é um desequilíbrio de análise que pode colocar várias bases em perigo, além de ser injusto com tudo o que fizemos até agora.

Nesse momento, após 26 dias de greve, já existe um certo desgaste em várias bases, afinal a luta foi intensa nesses últimos dias. A análise que precisamos construir deve ter um alcance nacional considerando todos os informes das bases num país de dimensões continentais e no marco da desigualdade e distintas dinâmicas da greve em cada estado. Além disso, nossa greve se desenvolve num cenário complexo e diferenciado do governo anterior, portanto, em outra conjuntura política, em virtude do golpe sofrido no país.

Além disso, a decisão do STF que obriga os gestores a cortarem o ponto de grevistas é um fator que prejudica nossas mobilizações, inclusive, o que dificultou que bases importantes entrassem em greve.

A direção da Fasubra teve uma iniciativa fundamental na disputa jurídica pela legalidade da greve. Assim como foi na greve de 2014, na qual tivemos sucesso, provocamos na greve atual, de forma muito bem fundamentada, o STJ para que se pronuncie em relação ao fato do governo não estar cumprindo nosso acordo de greve de 2015 ao mesmo tempo em que não tem recebido a Fasubra para discutir a nossa pauta durante todo o último ano. O acórdão do STF de outubro de 2016 que permite o corte de ponto de grevistas diz: ***“A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público”.*** (Grifo nosso). ***Destaque para esse trecho do acórdão do STF que é categórico em concluir que em caso de descumprimento de acordo de greve fica incabível o desconto dos dias parados.***

Após essa iniciativa da Fasubra o ministro do STJ peticionou o MPOG e o MEC para que esses ministérios se pronunciem sobre o descumprimento do acordo em 5 dias, data que vence no dia 09 de dezembro. Além disso, esta ajudou a marcar definitivamente uma reunião do governo com a federação. As ações de luta com

manifestações de rua e ações diretas somadas às nossas ações institucionais e jurídicas demonstraram serem acertadas. A luta pela legalidade do nosso movimento devido ao descumprimento do acordo da greve de 2015 por parte do governo é absolutamente fundamental para evitarmos que as/os lutadoras/es dessa greve sofram possíveis retaliações.

Nesse momento o governo Temer já reconhece que não vai conseguir votar nenhuma medida contra nossa carreira esse ano, o que é uma vitória importante, porém, mesmo com dificuldades, há uma insistência do governo em votar a Reforma da Previdência. Ainda que a greve da Fasubra sozinha não tenha forças para derrotá-la, precisamos fazer o debate com as centrais para rever tal posição e convocar uma mobilização nacional para semana que vem, que movimente milhões e pare o país.

Considerando todos os elementos destacados acima, o CNG/FASUBRA orienta:

1. INTENSIFICAR A OPERAÇÃO CAÇA DEPUTADOS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA. Todas as entidades de base e comandos locais de greve devem, nesse momento, organizar ações nos aeroportos, na residência e na sede dos partidos políticos dos deputados da base aliada do governo. É fundamental que cada comando local assuma essa ação como tarefa para contribuirmos efetivamente com a pressão sobre os deputados.
2. Enviar nota as centrais sindicais para rever a posição que desmarcou a greve nacional no dia 05/12 e remarcar um dia de mobilização/greve nacional para semana que vem, caso o governo insista em votar a reforma da previdência por volta do dia 12.
3. Assembleias de base nos dias 06, 07 e 08/12 para avaliar a orientação de suspensão da greve entre os dias 11 a 13 de dezembro, dando ênfase ao dia 13. Tal orientação leva em consideração que há desigualdades e dinâmicas diferentes em nossa greve nacional nesse momento, respeitando as distintas sensibilidades existentes. Todos comandos locais devem enviar o resultado das assembleias para o email: cngfasubra@fasubra.org.br e/ou fasubra@fasubra.org.br
4. Caso as centrais sindicais marquem um dia de manifestação/paralisação nacional para semana que vem, orientamos que todas as bases participem e construam com prioridade máxima.

A LUTA CONTINUA

Nota de apoio às manifestações de rua em Honduras e contra a tentativa de golpe e fraude eleitoral

O Comando Nacional de Greve da FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) manifesta total apoio ao povo hondurenho, que está ocupando as ruas e erguendo barricadas nas vias do país contra a fraude eleitoral.

Não esquecemos que em 2009 o ex-presidente de Honduras, Manuel Zelaya, sofreu um golpe militar-empresarial ao ser retirado à força e levado para a Costa Rica pelos golpistas por propor um referendo para iniciar um processo constituinte no país. Em 2013 houve suspeitas de fraude eleitoral e em 2017 o Supremo Tribunal permitiu a reeleição, vedada na Constituição, de Juan Orlando Hernández, do Partido Nacional, que hoje aplica um forte ajuste neoliberal contra a população e é acusado de desviar dinheiro da Seguridade Social para sua campanha eleitoral.

Apoiamos a denúncia por falta de transparência no processo de apuração dos votos das eleições nacionais do dia 26 de novembro, que demorou 8 dias e que na segunda-feira, dia 27, após metade dos votos terem sido apurados, passou por uma interrupção de 36 horas na divulgação da contagem, que recomeçou com o resultado parcial das eleições já invertido em favor do candidato da situação contra Salvador Nasralla da Aliança de Oposição Contra a Ditadura, que antes da interrupção liderava com 5% de folga.

Também manifestamos total apoio a Polícia Nacional que exige a contagem de todos os votos manualmente e está aquartelada, abandonando as ruas do país e se posicionando ao lado do povo hondurenho.

A decisão das/os hondurenhas/os deve ser respeitada e nenhuma fraude pode ser aceita. Apoiamos as ações de rua do povo hondurenho e repudiamos as ações repressivas dos golpistas que já deixaram centenas de feridos, alguns mortos e que tenta anular qualquer resquício de democracia no país através de um estado de exceção desde o dia 02 de dezembro.

Contagem manual de todos os votos já!
Todo apoio à mobilização popular e da Polícia Nacional aquartelada!
Viva a luta do povo hondurenho!

Brasil, Primavera de 2017.

Nota de repúdio da Fasubra ao fato ocorrido na Universidade Federal do Pará no dia 29 de novembro de 2017

social, pelos direitos fundamentais dos homens, mulheres e crianças e pelo fim de toda e qualquer forma de opressão, exploração e discriminação; lutar em defesa do meio ambiente e qualidade de vida, vem a público repudiar veementemente o fato ocorrido na Universidade Federal do Pará na última quarta-feira, 29/11, por ocasião de um debate sobre projetos de mineração no estado do Pará, “As Veias Abertas da Volta Grande do Xingu”, evento este promovido por umas das mais importantes pesquisadoras da UFPA, a professora titular Rosa Acevedo, no qual seriam apresentadas pesquisas sobre os danos ambientais que serão causados pela implantação do projeto da multinacional Belo Sun, que tem por finalidade extrair ouro do Xingu.

Essa atitude configura uma agressão à autonomia universitária ocasionada sob a responsabilidade do Prefeito do município de Senador José Porfírio, Sr. Dirceu Biancardi, impedindo a realização da atividade acadêmica programada e impossibilitando a realização do já citado evento e um total desrespeito aos presentes à atividade e a Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin.

A FASUBRA, também cobra uma posição mais rigorosa da Administração Superior da UFPA, para que fatos como esse não sirvam de exemplo para inibir a liberdade de expressão que sempre primou nos princípios do Estado Democrático de Direito nas Universidades Federais deste país.

Brasília-DF, 01 de dezembro de 2017

Moção em apoio à greve dos trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação das Universidades Federais

Eu, Senador da República, Paulo Paim, ciente da importância que os trabalhadores técnicos-administrativos desempenham na produção de conhecimento e no desenvolvimento social do país, reafirmo meu compromisso com a sociedade na defesa das políticas públicas de educação.

Venho a público manifestar total apoio ao movimento paredista dos trabalhadores técnicos-administrativos em educação da FASUBRA, pautado na defesa da carreira, da universidade pública, do cumprimento do termo de acordo da greve de 2015, na luta geral contra a retirada de direitos e contra a reforma da Previdência.

Mesmo em um cenário totalmente adverso da conjuntura política brasileira, os servidores tiveram coragem de entrar em greve e sair às ruas de todo o Brasil para defender os direitos da categoria, os direitos da sociedade em geral e defender a permanência de Universidades Públicas Gratuitas e de Qualidade no Brasil.

Senador Paulo Paim

Carta Aberta aos Parlamentares

Brasília, 30 de novembro de 2017

Senhor(a) Parlamentar

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil vem informar a V.Sa. que os trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação dessas instituições estão em greve nacional desde o dia 10 de novembro, buscando negociar, junto ao governo, a pauta da Categoria.

Somos 200 mil trabalhadores ativos e aposentados das IFES brasileiras, em todo o país, reivindicando sermos recebidos para dar sequência ao processo negocial que possa garantir minimamente o diálogo entre as partes, a fim de chegarmos a bom termo e, assim, encerrar o movimento paredista.

Segue, abaixo, para conhecimento, um breve histórico das tentativas de negociação da FASUBRA Sindical com o Ministério da Educação, cuja ausência de respostas levaram a nossa Categoria a entrar em Greve Nacional.

Porque os técnico-administrativos das universidades federais estão em greve

Em 19 de maio de 2016, foi enviado o primeiro ofício ao MEC no atual governo, solicitando uma posição referente ao Termo de Acordo firmado ao final da Greve de 2015, cujo prazo de cumprimento do acordado havia expirado em abril de 2016. Desde então foram enviados ao governo outros 12 (doze) ofícios com teor semelhante, totalmente em vão.

No dia 21 de dezembro de 2016, a Secretária Executiva do MEC, Maria Helena Guimarães Castro e o Secretário de Educação Superior, Paulo Barone, acordaram em agendar uma reunião com a FASUBRA no prazo de até 30 dias. Na ocasião, seria apresentada a resposta do ministério referente à pauta protocolada pela Federação. Posteriormente, embora reconhecendo o não cumprimento do termo de acordo, o atual governo nada fez para resolver a situação.

Posteriormente, em 20 outubro de 2016, a FASUBRA enviou documento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), comunicando a deflagração de greve nacional da Categoria a partir do dia 24 de outubro. Embora reiterando sistematicamente a necessidade de definição de reunião para debater a pauta protocolada, não houve qualquer retorno. Durante todo o período de greve, não houve uma única reunião com as representações do governo federal (MEC/MPOG), mesmo diante de diversas solicitações por parte da Federação. Em 16 de dezembro de 2016, a FASUBRA informou o encerramento da greve, destacando novamente a necessidade de definir uma agenda de reuniões entre o MEC e a Federação.

No ano de 2017, foram enviados, a partir do dia 16 de janeiro, outros 06 (seis) ofícios, dentre os quais um datado de 18 de abril de 2017, cujo teor apresentava reivindicações de reposição salarial, aprimoramento da Carreira, entre outras.

Entretanto, já em novembro deste ano, sem diálogo e diante da ameaça real de desmonte da Carreira (Lei 11.091/2005), conquista histórica dos trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação das instituições públicas de ensino superior; em meio aos anúncios do governo de quebra de Termos de Acordo firmados com categorias do funcionalismo (MP 805/17), além da ameaça de reestruturação de carreiras de forma unilateral, a Categoria dos TAE foi impulsionada para a luta em defesa dos direitos. Ainda, a Medida Provisória 805/17 prevê o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%, o que significará de fato uma redução salarial para um grande número de trabalhadores. A reestruturação da Carreira e a Proposta de Reforma da Previdência se constituem atualmente a maior ameaça aos servidores públicos.

Nos dias 27 e 28 de novembro a FASUBRA realizou uma caravana nacional à Brasília que contou com a participação de milhares de trabalhadores e conseguiu uma promessa do governo de marcar, em no máximo duas semanas, uma reunião de negociação entre MPOG, MEC e FASUBRA. A FASUBRA ainda não teve resposta dessa reunião.

- **Reestruturação da Carreira**

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão está editando uma minuta que modifica as carreiras no serviço público federal.

- **Reforma da Previdência**

Os ataques aos direitos dos servidores públicos estão se intensificando ainda mais no atual governo. Para tentar confundir a opinião da população frente à Reforma da Previdência, o governo está usando o discurso de que o novo texto é mais “enxuto” e “ataca privilégios”, mantendo direitos da maioria, o que é uma grande falácia. Na realidade, dizer que a reforma combate “privilégios” é para esconder o fato de que, ao contrário, as modificações retiram direitos de uma maioria dos trabalhadores pobres. Segundo dados da Previdência Social, o Brasil possui pouco mais de 19 milhões de aposentados. De cada três, dois ganham salário mínimo. Enquanto isto, o próprio presidente da República, Michel Temer, aposentou-se em 1996, aos 55 anos, como promotor do Estado de São Paulo. Há mais de 20 anos recebe uma aposentadoria de R\$ 45 mil. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, se aposentou aos 53 anos e recebe cerca de R\$ 20 mil. Geddel Vieira Lima aposentou-se aos 51 anos e recebe nada menos que cerca de R\$ 20 mil. Tudo isso fora os salários que ainda recebem em seus cargos, e o escandaloso processo de corrupção que é manchete diária nos jornais, envolvendo os aliados do Governo.

Não é novidade que a previdência social é superavitária: em outubro foi apresentado, no Congresso Nacional, o relatório da CPI da Previdência que comprova que a Previdência Social não é deficitária. Segundo o relatório, o secretário da Receita Federal, Auditor Fiscal Jorge Rachid, admitiu que cerca de R\$ 54 bilhões foram retirados do caixa da previdência com desonerações, apenas no ano de 2016, e a mesma autoridade vinculada ao governo recomendou que tais medidas fossem revistas.

Audidores fiscais da Receita Federal, responsáveis pelo combate às fraudes e pela fiscalização e arrecadação das contribuições sociais da União, desmentem o discurso do governo. Baseado em dados das contas do governo federal, em 2015 foram arrecadados R\$ 700 bilhões e foram gastos R\$ 688 bilhões, provando que o sistema de Seguridade Social é superavitário. “Não há um rombo na previdência pública e sim uma desvinculação anual das contribuições sociais por parte do governo, autorizado por uma Emenda Constitucional”. Em 2015 foram desvinculados para outras finalidades, R\$ 66 bilhões da Previdência, Saúde e Assistência Social. “Se não fosse isso teríamos superávit na seguridade social e não um déficit, como é falsamente divulgado”, afirmam os auditores.

- **Privatização das IFES**

O atual governo sinaliza com a possibilidade de transformar as instituições públicas de ensino, dentre elas as Universidades Federais, em OS (Organização Social) sob a alegação de “dar mais autonomia financeira às instituições públicas”. Na verdade, “dar mais autonomia” significa extinguir o repasse, já extremamente insuficiente, de verbas públicas às instituições, submetendo-as à iniciativa privada, visando à privatização das IFES.

Diante do exposto, e esperando contar com a efetiva participação de V.Sa. no sentido de intermediar a abertura de negociações do governo com a nossa Categoria em Greve, bem como votar contrário à aprovação da reforma da Previdência, despedimo-nos.

Atenciosamente,

QUADRO NACIONAL DE GREVE

RESPOSTAS DAS ENTIDADES FILIADAS À FASUBRA EM RELAÇÃO À DEFLAGRAÇÃO DA GREVE DA FASUBRA

A maioria das entidades de base já deliberou por GREVE!

Regiões	UF	Sindicato	IES	Greve	Greve a partir de	Estado de greve	Assembleia	Não aderiu
Centro Oeste	DF	SINTFUB	UnB	X	21/11			
	GO	SINT-IFES-go	UFG			X		X
		SINT-IFES-go	IF Goiano			X		X
		SINT-IFES-go	IF Goiás			X		X
	MT	SINTUF-MT	UFMT	X				
	MS	SINTEF	UFGD	X	13/11			
	MS	SISTA-MS	UFMS			X		X
		5	7	3		4		4
Nordeste	AL	SINTUFAL	UFAL	X				
	BA	ASSUFBA	UFBA	X	22/11			
		ASSUFBA	UFOB					
		ASSUFBA	UFRB	X				
		ASSUFBA	UFSB					
	CE	SINTUFCE	UFC	X	14/11			
		SINTUFCE	UFCA			X		X
		SINTUFCE	UNILAB	X				
	MA	SINTEMA	UFMA			X		X
	PB	SINTESPB	UFCG					
		SINTESPB	UFPB	X		X		
	PE	SINTUFEPE	UFPE	X				
		SINTUFEPE seção rural	UFRPE	X	13/11			
		SINTUFEPE	UNIVASF					
	PI	SINTUFPI	UFPI	X				
	RN	SINTEST-RN	UFERSA			X	23/11	X
		SINTEST-RN	UFRN			X	23/11	X
	SE	SINTUFS	UFS					
		09	18	9		4		4

Norte	AC	SINTEST/AC	UFAC	X	20/11			
	AP	Sinstaufap	UNIFAP					
	AM	SINTESAM	UFAM	X				
	PA	SINDTIFES	UFOPA			X		X
		SINDTIFES	UFPA	X				
		SINDTIFES	UFRA	X				
		SINDTIFES	UNIFESSPA	X	21/11			
	RO	SINTUNIR	UNIR					
	RR		UFRR					
	TO	SINTAD-TO	UFT	X				
		6	10	6		1		1
Sudeste	ES	SINTUFES	UFES	X				
	MG	SINDIFES	UFMG	X				
		SINDIFES	UFVJM	X				
		SINDIFES	CEFET-MG	X				
		SINDIFES	IFMG	X				
		SINTUFEJUF	UFJF	X				
		Sind-UFLA	UFLA			X		X
		ASSUFOP	UFOP	X				
		Sinds-UFSJ	UFSJ			X		X
		Sinte-Med	UFTM	X	16/11			
		SINTET-UFU	UFU	X	21/11			
		ASAV	UFV					
		SINT- UNIFAL	UNIFAL-MG			X		X
		SINTUNIFEI	UNIFEI					
	RJ	SINTUFF	UFF	X				
		SINTUFRJ	UFRJ	X				
		SINTUR-RJ	UFRRJ	X				
		ASUNIRIO	UNIRIO	X				
	SP	Sintunifesp	UNIFESP	X				
		SinTUFABC	UFABC					X
		Sintufscar	UFSCar	X				
		18	21	15		3		4
Sul	PR	Sinditest-PR	UFPR	X				
		Sinditest-PR	UNILA	X				
		Sinditest-PR	UTFPR					X
		Sindedutec	IFPR					X
	RS	APTAFURG	FURG					X
		ASSUFRGS	UFCSPA	X				

		ASSUFRGS	UFRGS	X				
		ASSUFRGS	IFRS	X				
		ASUFPEL	UFPeI	X				
		ASSUFMS	UFMS	X				
		SINDIPAMPA	UNIPAMPA					X
	SC	SINDTAE	UFFS					
		SINTUFSC	UFSC			X		X
		9	13	7		1		5
Total		47	69	40		14		18
Sindicatos	47							
Universidades	Federais		63					
Institutos Federais			5					
CEFET-MG	1							

* SINTESPB - Greve nos Campus de Areia e Bananeiras.

Obs. Dados atualizados em 29 de novembro de 2017. Há instituições que estão registradas como “em estado de greve” e também “não adesão à greve” (em relação a partir do dia 10.11), totalizando 18 instituições em “estado de greve e/ou não adesão à greve”. Algumas instituições têm assembleias agendadas para os próximos dias.

CALENDARIO DE ATIVIDADES

29/11 - Reunião do CNG, às 14h, de avaliação e organização de atividades da próxima semana.

30/11 - Reunião do CNG, às 09h, com debate sobre opressões e, posteriormente, reunião das comissões.

01/12 - Reunião do CNG, às 09h, com debate de conjuntura.

04/12 - Ato no aeroporto, a partir das 7h. No período da tarde atividade na Câmara dos Deputados.

05/12 - Greve Nacional.

06/12 - Reunião de avaliação do CNG.

MULHER TRABALHADORA DA FASUBRA RESOLUÇÕES APROVADAS NO XXI - CONFASUBRA

Art. 15: Garantir a participação das mulheres que tem filh@s de zero a onze anos, com creches nas atividades de militância garantindo o financiamento pelas entidades de base acrescido o caso de homens pais que detenham a guarda d@s filh@s. @s filh@s, portador@s de necessidades especiais, não tem limitação de idade. No caso de atividade ser nos fóruns da FASUBRA e a entidade de base não arcar com os custos das crianças, a FASUBRA arcará no momento e o valor será lançado como dívida para a entidade de base. No caso das mães que cuidarem sozinhas de seus filh@s é garantida a participação d@s filh@s enquanto forem menores de idade tendo comprovado o problema na entidade de base.

DADOS BANCARIOS PARA DEPOSITO DO FUNDO DE GREVE:

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência: 0004

Operação: 013

Conta Corrente: 18.709-0

CNPJ FASUBRA: 08.485.179/0001-26

Cada sindicato filiado em conjunto com os comandos locais de greve devem enviar os delegados eleitos em assembleia, aprovar o fundo de greve imediatamente e solicitar com antecedência a necessidade de creche caso haja demanda para que possamos tomar as providências necessárias.